

Mensagem nº 126

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Os méritos da Senhora Maria Edileuza Fontenele Reis que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de abril de 2017.

Brasília, 29 de Março de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 156 - C. Civil.

Em 26 de abril de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS

CPF.: 097.795.311-49

ID.: 7696 MRE

1954 Filha de Luiz Pedro Fontenele e Rita Silva Fontenele, nasce em 1º de maio, em Viçosa/CE

Dados Acadêmicos:

1975 Comunicação Social pela Universidade de Brasília/DF
1976 Graduação Diplome en Culture et Civilisation Française, Ecole International de Langue et Civilisation Française, Paris
1982 CAD - IRBr
1998 CAE-IRBr, Brasileiros no Japão - o elo humano das relações bilaterais
2002 Especialização em Relações Internacionais, Centro Studi Diplomatici Strategici Roma/École des Hautes Études en Relations Internationales, Tese: Sicurezza Colletiva-evoluzione e prospettive
PhD em Relações Internacionais e Diplomacia, École des Hautes Études en Relations Internationales, Paris, 2016/2017 (em curso). Tese em elaboração sob título "BRICS como mecanismo político-diplomático de coordenação e cooperação".

Cargos:

1978 Terceira-Secretária
1980 Segunda-Secretária
1989 Primeira-Secretária, por merecimento
1995 Conselheira, por merecimento
2000 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2006 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1978-1980 Divisão de Atos Internacionais, assistente
1980-1981 Departamento de Comunicação e Documentação, assessora
1981-1985 Divisão do Pessoal, Chefe do Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento
1988-1990 Departamento do Serviço Exterior, assessora
1990-1993 Divisão Especial de Avaliação Política e de Programas Bilaterais, Chefe, substituta
1993-1994 Embaixada em São Domingos, Primeira-Secretária em missão transitória
1994-1995 Subsecretaria-Geral de Planejamento Diplomático, assessora
1996-2001 Consulado-Geral em Tóquio, Cônsul-Geral Adjunta
2001-2004 Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral Adjunta
2004-2006 Coordenação-Geral de Modernização, Coordenadora-Geral
2006-2010 Departamento da Europa, Diretora
2010-2013 Subsecretaria-Geral Política II, Subsecretária-Geral
2014 Embaixada em Luanda, missão transitória
2014 Embaixadora, Cônsul-Geral em Paris, 2014

Condecorações:

1979 Orden del Merito de Mayo, Argentina, Oficial
2005 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2006 Ordem do Mérito, França, Grande Oficial
2007 Ordem de Dannebrog, Commandeur de Premier Grade, Dinamarca
2008 Ordem de Orange-Nassau, Grande Oficial, Países Baixos
2008 Medalha de Honra ao Mérito do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil
2008 Ordem ao Mérito da República Italiana, Grã-Cruz
2009 Dominam Commendatariam Ordinis Sancti Gregori Magni (Dama Comendadora da Ordem de São Gregório Magno) - Santa Sé.
2010 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial.
2012 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2012 Medalha do Pacificador, Brasil
2013 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

- | | |
|------|---|
| 1998 | Japan - A Fascinating Challenge, in International Journal of Economic Studies, Tóquio |
| 2001 | Brasileiros no Japão, edição bilingue português/japonês, Tóquio |
| 2002 | Brasileiros no Japão, nos idiomas inglês, português e japonês, 2ª Edição, São Paulo |

MARIA-THERESA LAZARO

Subsecretária-Geral Do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO,
A CIÊNCIA E A CULTURA**



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Março de 2017

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Ano de fundação	1945
Ano de adesão do Brasil	1945 (o Brasil é membro fundador)
Sede	Paris
Línguas de trabalho da Conferência Geral	Francês, inglês, árabe, chinês, espanhol e russo
Número de Estados Membros	195
Número de Estados Associados	10
Principais órgãos	Conferência Geral Conselho Executivo Secretariado
Principais executivos da Organização	Diretora-Geral (DG), Irina Bokova, ocupa o cargo desde 2009; Integram o Secretariado, chefiado pela DG, os seguintes Diretores-Gerais Adjuntos (ADG): para Educação (ED), Qian Tang; para Ciências Naturais e Exatas (SC), Flavia Schlegel; para Ciências Sociais e Humanas (SHS), Nada Al-Nashif; para Cultura (CLT), Francesco Bandarin; e para Comunicação e Informação (CI), Frank LaRue.
Atual Delegada Permanente do Brasil junto à UNESCO	Embaixadora Eliana Zugaib, desde 2014
Representante da UNESCO no Brasil	Lucien Muñoz, desde 2012

PERFIL BIOGRÁFICO

IRINA BOKOVA

Diretora-Geral da UNESCO
(mandato 2009-)



Nasceu em Sófia, Bulgária, em 12 de julho de 1952. Formada em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Moscou, participou de programas de estudo nas Universidades de Maryland e Harvard. Ingressou no Ministério de Negócios Estrangeiros da Bulgária em 1977, ocupando-se de temas relacionados a direitos humanos.

Irina Bokova participou da elaboração da Constituição da Bulgária, nos anos de 1990 e 1991, como membro da Assembleia Nacional Constituinte. Foi Ministra de Negócios Estrangeiros, entre 1996 e 1997, e Embaixadora da Bulgária para a França e Mônaco, em 2005. Foi designada, posteriormente, Delegada Permanente da Bulgária junto à UNESCO, posto que ocupou até ser eleita Diretora-Geral da Organização, em setembro de 2009.

Seu mandato tem sido marcado por crescente destaque da Organização no cenário internacional, como no processo de adesão da Palestina como Estado Membro da Organização; pela apresentação de propostas de reestruturação administrativa e temática da UNESCO, com maior destaque para atividades da Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar ("*Global Education First Initiative*"); e na defesa do patrimônio cultural ameaçado pelos conflitos no Mali e na Síria.

Primeira mulher a ocupar a Direção-Geral da UNESCO, Irina Bokova foi reeleita para o cargo, para o mandato 2013-2017, com o respaldo do Brasil.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, os Ministros da Educação de alguns dos países aliados que combatiam o Eixo reuniram-se para debater a reconstrução de seus sistemas educacionais após o final do conflito. Em novembro

de 1945, logo após o término da guerra, 44 países reuniram-se em Londres sob a égide das Nações Unidas e decidiram criar uma organização voltada à promoção da “cultura para a paz” e que contribuísse para prevenir a eclosão de novos conflitos globais, com base no fomento à “solidariedade intelectual e moral da humanidade”.

Ao final da conferência, 37 países fundaram a UNESCO. Sua Constituição, assinada em 16 de novembro de 1945, entrou em vigor em 4 de novembro de 1946, após ser ratificada por 20 países: África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido, República Dominicana, Tchecoslováquia e Turquia. A primeira sessão da Conferência Geral, órgão máximo da nova organização, ocorreu em Paris, de 19 de novembro a 10 de dezembro do mesmo ano, já com a participação de 30 países com direito a voto.

Por quase uma década a UNESCO permaneceu marcada pelas divisões da Segunda Guerra: somente em 1951 o Japão e a então República Federal da Alemanha foram admitidos; a Espanha só ingressaria em 1953. A Guerra Fria, a dissolução da União Soviética e a descolonização também deixaram suas marcas: admitida em 1954, a União Soviética foi sucedida em 1992 pela Federação Russa, juntamente com 12 de suas antigas repúblicas. Dos Estados africanos, 19 tornaram-se membros nos anos 60. Como consequência de sua entrada nas Nações Unidas, a República Popular da China é desde 1971 a única representação reconhecida do povo chinês. A antiga República Democrática Alemã foi membro de 1972 a 1990, ano da reunificação das duas Alemanhas.

Por motivos variados de ordem política, diversos países deixaram temporariamente a UNESCO, porém mais adiante voltaram a integrar a Organização. A África do Sul esteve ausente de 1957 a 1994; os EUA, de 1985 a 2003; o Reino Unido, de 1986 a 1997; e Cingapura, de 1986 a 2007.

A UNESCO conta hoje 195 Estados Membros e 10 Estados Associados.

Estrutura

Conferência Geral

Órgão máximo da UNESCO, a Conferência Geral reúne-se a cada dois anos, com a participação de seus 195 Estados Membros, de observadores dos oito Estados Associados, de agências intergovernamentais e de organizações não-governamentais. Tem como mandato central definir a política e as linhas de ação da Organização, assim como aprovar seu orçamento.

À Conferência Geral compete ainda eleger os membros do Conselho Executivo, cuja composição é parcialmente renovada a cada dois anos, e nomear, a cada quatro anos, o ocupante do cargo de Diretor-Geral da UNESCO.

Conselho Executivo

O Conselho Executivo é o órgão que exerce, em nome do conjunto dos Estados Membros, a administração cotidiana da UNESCO. O Conselho Executivo define e prepara a agenda da Conferência Geral e lhe recomenda propostas para aprovação do Programa e Orçamento, além de supervisionar a implementação das atividades previamente aprovadas.

Seus 58 membros são eleitos pela Conferência Geral para mandatos de quatro anos, com base no princípio de representação geográfica equitativa. A reeleição é possível e não há limite estatutário para o número de vezes que um Estado pode ser reconduzido ao Conselho Executivo (na prática, os diferentes grupos eleitorais “administram” o rodízio entre seus membros segundo regras não escritas que variam de grupo a grupo).

Reúne-se duas vezes por ano, em sessões de duas semanas de duração, normalmente em março/abril e setembro/outubro. Nos anos em que a Conferência Geral se reúne e logo após seu encerramento, o Conselho Executivo é convocado para uma terceira sessão, normalmente com a duração de um dia.

O Brasil, tradicionalmente, tem exercido mandatos consecutivos no Conselho Executivo, com período de dois anos de intervalo (de 1946 a 1952; de 1954 a 1962; de 1964 a 1972; de 1974 a 1978; de 1980 a 1989; de 1991 a 1999; e de 2001 a 2009), de 2011 a 2015; e no atual mandato, de 2016 a 2019.

Secretariado

O Secretariado da UNESCO é constituído pela Diretora-Geral e pelo quadro de pessoal por ela designado. São cerca de 2 mil servidores públicos de 170 países. Mais 700 deles estão lotados nas 65 unidades fora da sede ("*Field Offices*"); os demais preenchem cargos de Direção, Profissionais e de Serviços Gerais na sede, em Paris.

Todos os Grupos Regionais da UNESCO estão representados no Secretariado, mas a distribuição geográfica de postos continua aquém do desejável, embora se venham registrando avanços desde o início dos anos 2000.

A participação do Brasil na composição do quadro de pessoal da UNESCO passa por situação de sub-representação, em muito decorrente da aposentadoria de vários nacionais nos últimos meses. Entre os postos "geográficos" do Secretariado fixados pela Resolução 40 da 25ª Conferência Geral (1989), há apenas cinco brasileiros – número que poderia estar situado entre dez e dezessete, tendo em conta a proporção de contribuição do País ao orçamento regular da Organização.

Comissões Nacionais

Caso único entre as agências especializadas das Nações Unidas, a UNESCO conta, nos termos do artigo VII de sua Carta Constitutiva, com a cooperação de uma rede global Comissões Nacionais, entidades instituídas pelos respectivos Estados Membros com o objetivo primordial de associar órgãos governamentais e entidades não-governamentais dos países ao trabalho da Organização nas áreas de educação, ciências, cultura, comunicação e informação.

As Comissões Nacionais desempenham funções de consultoria, assessoria, articulação e informação; mobilizam e coordenam parcerias entre o governo e a sociedade civil, contribuindo para o desenvolvimento dos objetivos e a implementação dos programas da UNESCO em seus países, bem como para aumentar a visibilidade da Organização. Existem, atualmente, 199 Comissões Nacionais da UNESCO em todo o mundo.

O papel de Comissão Nacional do Brasil para a UNESCO foi desempenhado até 2009 pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), criado em 1946. Devido à revogação de seus estatutos, em 1991, e à gradual perda de funções, iniciou-se procedimento de apresentação de Projeto de Lei com vistas à extinção do IBECC, para possibilitar futuro estabelecimento de nova Comissão Nacional do Brasil para a UNESCO. Nesse processo de reestruturação, estão sendo levadas em conta as discussões em curso sobre o posicionamento da UNESCO no Sistema ONU e o debate e as decisões sobre a nova Estratégia de Médio Prazo da Organização, bem como a experiência de Comissões Nacionais de outros países. Provisoriamente, as funções que caberiam à Comissão Nacional têm sido desempenhadas pelo Itamaraty, por meio da Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais do Departamento Cultural.

Centros de Categoria 2

Centros de Categoria 2 (CC2) são entidades mantidas pelos governos dos Estados-Membros que operam "sob os auspícios da Unesco", embora sejam juridicamente independentes da Organização. Podem desempenhar atividades globais, regionais, sub-regionais ou inter-regionais, mas nunca nacionais. Em março de 2017, são 98 os CC2 sob os auspícios da Organização.

Sua seleção é baseada na qualidade de sua especialização em uma das áreas de competência da UNESCO. Suas funções principais são a capacitação e o compartilhamento de pesquisas e de conhecimento, oferecendo, desse modo, contribuição para a implementação dos programas da UNESCO.

O vínculo institucional entre o Estado Membro interessado em sediar um centro dessa natureza e a UNESCO é formalizado por meio de acordo específico, que deve ser submetido à aprovação do Conselho Executivo e da Conferência Geral. O estabelecimento de um CC2 depende da proposta de um ou mais Estados membros ao Conselho Executivo, seguido estudo de viabilidade conduzido pela UNESCO e da aprovação da Conferência Geral.

A UNESCO conta atualmente com 94 Centros de Categoria 2, dos quais 25 estão localizados na Ásia e Pacífico; 27 na Europa e América do Norte; 12 na América Latina e Caribe; e 30 na África e nos países árabes.

O Brasil sedia quatro Centros de Categoria 2 da organização: o Centro Internacional de Hidroinformática (CIH) – Itaipu Binacional – em Foz do Iguaçu-PR (em parceria com o Paraguai); o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em São Paulo-SP; o Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio (Centro Lucio Costa), no Rio de Janeiro; e o Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (Hidroex), hoje sob a responsabilidade da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Áreas de atuação

A missão da UNESCO consiste em contribuir para a construção de uma cultura da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, por meio de atuação nas seguintes áreas temáticas: educação; ciências naturais; ciências sociais e humanas; comunicação e informação; e cultura. Para seu desempenho, a UNESCO exerce funções junto aos Estados Membros, como as de geração de projetos, oferta de mecanismos de treinamento e desenvolvimento de capacitação institucional, acompanhamento de políticas públicas e plataforma de promoção de cooperação internacional.

Educação

Desde sua criação, a UNESCO tem mobilizado e liderado os governos na edição de documentos normativos, na realização de projetos inovadores e na criação de competências em educação. Empenha-se na promoção e no desenvolvimento do direito de todo indivíduo à educação de qualidade, sem discriminação ou exclusão, sob o amparo de instrumentos jurídicos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).

A UNESCO pode prestar aos governos assistência técnica na análise de políticas educacionais, formular planos de desenvolvimento do setor educacional, mobilizar doadores que apoiem prioridades educacionais nacionais, contribuir para a criação de capacidade de formulação de políticas, de análise setorial, de planejamento, administração, monitoramento e avaliação.

Lançado em 1990, o programa Educação Para Todos - EPT ("Education for All" - EFA) é uma das mais importantes iniciativas do setor de Educação e tem como prioridades: promover cuidados e educação para a primeira infância, bem como o ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade; assegurar que

sejam atendidas as necessidades de aprendizagem e treinamento continuado de jovens e adultos; alcançar melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, com acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos, especialmente no que se refere às mulheres; defender a eliminação das disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando equidade de gêneros na educação; e melhorar a qualidade da educação, com resultados mensuráveis de evolução da aprendizagem, especialmente em alfabetização e matemática, e na capacitação "essencial para a vida". Os países mais distantes das metas do EPT, com exceção do Haiti, encontram-se na África e na Ásia. Em 2000, na Conferência de seguimento em Dacar, foi instituído o Relatório de Monitoramento Global ("Global Monitoring Report"), sob responsabilidade da UNESCO, com a finalidade de informar e orientar análises e contribuir para a adoção de políticas públicas para educação.

Em 2015, o Fórum Mundial de Educação, ocorrido em maio em Incheon, na Coreia do Sul, reafirma as metas do programa Educação Para Todos. A Declaração de Incheon constitui o compromisso da comunidade educacional com a Educação 2030 e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 e, assim, reconhece o importante papel da educação como principal motor do desenvolvimento. A Declaração pretende assegurar, entre 2015 e 2030, uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; ser transformadora e universal, inspirada por uma visão humanista da educação e do desenvolvimento com base nos direitos humanos. Abrange, ainda, aspectos relativos à justiça social, inclusão, proteção, diversidade cultural, linguística e étnica, com responsabilidade e responsabilização partilhada. Reafirma que a educação é um bem público, um direito humano fundamental e uma base para garantir a realização de outros direitos, essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Reconhece a educação como chave para atingir o pleno emprego e a erradicação da pobreza.

No que tange à educação superior, cumpre ressaltar que a UNESCO lançou em 1991 um plano de ação em escala mundial, com vistas a estabelecer e reforçar a cooperação entre universidades e apoiar o ensino superior nos países em desenvolvimento, por meio da rede de "Cátedras UNESCO". O programa tem entre suas metas as seguintes: dar novo impulso e dimensão global a formas de associação entre instituições de ensino superior de países de diferentes níveis de desenvolvimento; reforçar as redes de cooperação existentes entre instituições de ensino superior e de pesquisa e criar novas redes; fomentar o compartilhamento da informação; criar centros de excelência destinados a estudos e pesquisa avançados; e evitar o êxodo de especialistas a mercados de trabalho que ofereçam maior remuneração.

Ciências Naturais

Única agência especializada das Nações Unidas com mandato específico para promover a ciência, a UNESCO atua junto aos Estados Membros pela via da cooperação, da capacitação e da assistência técnica.

Além de promover a ciência, a Organização funciona como plataforma de compartilhamento de idéias e estabelecimento de padrões, fomentando o diálogo entre cientistas e formuladores de políticas e difundindo iniciativas inovadoras – particularmente na África.

Seu setor de Ciências Naturais mobiliza conhecimentos em ciência fundamental e aplicada para apoiar os Estados Membros na implementação de programas internacionais relacionados a água potável, ciências de terra e mar, ecologia e ciências básicas – programas norteados pela consideração das grandes questões do desenvolvimento sustentável, da mudança do clima, da igualdade de gênero e da erradicação da pobreza.

As prioridades e linhas de ação do setor de Ciências Naturais são executadas por meio dos seguintes Programas Científicos Internacionais: 1) Programa Hidrológico Internacional (PHI); 2) Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI); 3) Programa "O Homem e a Biosfera" (MAB); 4) Programa Internacional de Geociências (PIGC); e 5) Programa Internacional de Ciências Básicas (PICB).

O PHI é o único programa intergovernamental do Sistema das Nações Unidas consagrado à educação, capacitação, pesquisa e manejo de recursos hídricos. Em sua fase atual, voltada para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relativos à sustentabilidade, bem como para o suprimento de recursos hídricos, o saneamento, a segurança alimentar e a redução da pobreza, o PHI atenta para os seguintes temas: adaptação aos impactos das mudanças globais em bacias hidrográficas e sistemas aquíferos; reforço da governança para a sustentabilidade; eco-hidrologia para a sustentabilidade; água e sistemas de sustentação da vida; e educação sobre a água para o desenvolvimento sustentável.

A COI promove cooperação internacional e coordena programas nas áreas de pesquisa marinha, serviços, sistemas de observação, mitigação de desastres e capacitação para compreensão e manejo efetivo dos recursos do oceano e das áreas costeiras. Tais ações visam ao aperfeiçoamento da governança e do processo decisório dos Estados Membros, no que concerne aos recursos marinhos e às variações do clima, assim como ao fomento ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente marinho, especialmente em países em desenvolvimento.

O Programa MAB visa ao estabelecimento de plataforma científica para o aperfeiçoamento das relações entre as populações e seu meio ambiente, bem como para a redução da perda de biodiversidade. Seus subprogramas são voltados para ecossistemas específicos: montanhas, terras áridas, florestas tropicais, sistemas urbanos, pântanos, ecossistemas marinhos, insulares e litorâneos. Sob seu pálio são reconhecidas as "Reservas da Biosfera", sítios de excelência estabelecidos para a promoção do desenvolvimento sustentável com base na ciência e em esforços das comunidades locais - no sentido de conciliar a conservação da diversidade biológica e cultural com o desenvolvimento econômico e social.

O PIGC, estabelecido em 1972, apoia financeiramente equipes internacionais de pesquisa dedicadas a cerca de 400 projetos relativos a problemas geológicos globais, com ênfase em capacitação e compartilhamento de conhecimento entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. O Programa colabora, ademais, com a Rede Global de Geoparques (GGN – "*Global Geoparks Network*"), responsável pelo estabelecimento de áreas nas quais o patrimônio geológico é adotado como via para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Estabelecido com vistas a fomentar a cooperação no campo da ciência, para fortalecer as competências nacionais em ciência básica e educação científica, o PICB atua de maneira multidisciplinar, por meio de uma rede de centros de excelência nacionais, regionais e internacionais, tendo como base de sua estratégia a promoção da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul.

Ciências Humanas e Sociais

Uma das missões da UNESCO é proporcionar, por meio de seu setor de Ciências Sociais e Humanas, a difusão de conhecimentos e cooperação intelectual conducentes a transformações sociais que promovam a justiça, a liberdade e a dignidade humana como valores universais.

O mandato subjacente desse setor vincula-se à promoção e ao reforço das competências em ciências sociais na formulação da agenda e das políticas públicas de seus Estados Membros. Suas prioridades atuais são as seguintes: bioética; inclusão social; ênfase nas dimensões sociais da mudança ambiental global; e inovações sociais conduzidas pelos jovens.

Criado em 1993, o Programa de Bioética da UNESCO estrutura-se sobre o trabalho de comitês que proporcionam plataformas globais de reflexão e debates sobre o tema, de maneira interdisciplinar, multicultural e pluralista, dos quais já resultaram os seguintes instrumentos: Declaração Universal sobre Genoma Humano e Direitos Humanos (1997); Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos (2003); e Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005).

O tema da inclusão social tem como principal plataforma na UNESCO o Programa de Gerenciamento das Transformações Sociais ("*MOST – Management of Social Transformations*"). Criado em 1994, o MOST promove a pesquisa em ciências sociais e sua incidência no campo da formulação de políticas públicas, tendo como meta primordial transferir a agentes decisórios os dados e resultados de pesquisas em ciências sociais para melhor compreensão das transformações sociais e disseminação de boas práticas. Nesse âmbito, são analisadas, por exemplo, questões de gênero, migração, urbanização, erradicação da pobreza e de empoderamento da juventude frente ao impacto produzido pelo processo de globalização sobre as dinâmicas da vida social.

No que se refere às dimensões sociais das mudanças ambientais globais, merece destaque, além do Programa MOST, a Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST), criada em 1998. O trabalho

conjunto de tais instâncias da UNESCO tem dois objetivos prioritários: a) identificar os desafios éticos e sociais derivados das mudanças ambientais globais - incluindo mudança climática, perda de biodiversidade e escassez de água doce; e b) apoiar, do ponto de vista científico e ético, políticas nacionais de adaptação às mudanças ambientais globais.

Organizado desde 1999, o Fórum da Juventude da UNESCO - com sua oitava edição prevista para outubro próximo - é importante instância para tratamento do tema da "juventude". Tem-se norteador pelas seguintes linhas: i) revisão e formulação de políticas com a participação dos jovens; ii) desenvolvimento de capacidades para a transição à idade adulta; e iii) engajamento cívico, participação democrática e inovação social.

A UNESCO oferece, ademais, assistência a Governos na elaboração ou no aperfeiçoamento de seus sistemas de treinamento em educação física e no desenvolvimento de programas esportivos. Parte desse trabalho concentra-se na luta contra o doping, que põe em risco tanto a base moral e ética do esporte quanto à saúde dos que o praticam. Engajada na luta contra o doping e na implementação da Convenção Internacional Contra o Doping nos Esportes, a UNESCO vê na saúde e na conduta ética do jovem um requisito para o desenvolvimento.

Comunicação e Informação

Na execução de seu mandato no campo da comunicação e da informação, a UNESCO implementa estratégias que incentivam a pesquisa voltada à formulação de políticas de acesso livre ao conhecimento e ao diálogo entre especialistas, estreitando parcerias e auxiliando os Estados Membros a formularem políticas públicas que levem em conta os últimos avanços no setor.

A UNESCO fomenta igualmente a liberdade, a independência e a pluralidade da mídia como pré-requisitos e fatores determinantes da democratização e da participação cidadã. Permanentemente atenta a casos de violação do direito à liberdade de expressão, pronuncia-se sobre abusos perpetrados contra órgãos ou profissionais de imprensa em todo o mundo. Oferece, ademais, assessoramento na área de legislação de imprensa a Governos, parlamentos e outras instâncias decisórias, para conscientizá-los de seu papel de garantes do caráter público das informações de que são detentores, resguardados os casos em que a privacidade e a segurança justifiquem sua retenção.

Seu Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC) visa a mobilizar a comunidade internacional para a discussão e a promoção do desenvolvimento dos meios de comunicação em países em desenvolvimento. Baseia-se no princípio de que a cooperação multilateral é a via mais apropriada para promover o desenvolvimento da mídia sem interferir em sua integridade e independência, enquanto habilita a sociedade ao acesso equitativo ao conhecimento e à utilização de meios de comunicação livres e múltiplos para exprimir suas ideias. O PIDC busca promover a liberdade de expressão e a diversidade da mídia, com

vistas à maior participação do cidadão nos processos decisórios, além de estimular o desenvolvimento de meios de comunicação comunitários.

Criado para auxiliar os países a superarem a “brecha digital”, o Programa Informação para Todos (IFAP) da UNESCO visa a ajudar os Estados Membros a desenvolverem e implantarem políticas nacionais de informação e estratégias de difusão do conhecimento, além de estimular o debate sobre os desafios políticos, éticos e sociais da nova “sociedade da informação”, com diretrizes e projetos que promovam e ampliem o acesso equitativo à informação. Para alcançar seus objetivos, o IFAP concentra seus esforços em cinco áreas prioritárias: informação para o desenvolvimento; “alfabetização digital”; preservação da informação por meio de sua sistematização e digitalização; ética da informação, com reflexão sobre os desafios éticos, legais e sociais da aplicação à sociedade das tecnologias de informação e comunicação; e acesso à informação, que abrange questões ligadas a custo, acesso e disponibilidade da informação. Nesse quadro, destaca-se o Programa Memória do Mundo (*Memory of the World*), que visa à preservação e divulgação de acervos documentais de valor universal, bem como à tomada de consciência da existência e da relevância do patrimônio documental.

A UNESCO também prioriza o fomento às “Sociedades do Conhecimento”, com base no ideal de melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento social e econômico por meio da capacitação ao acesso e à compreensão da informação. Com essa orientação, a UNESCO participou da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), por iniciativa das Nações Unidas, na qual organizações internacionais, Governos, o setor privado e a sociedade civil discutiram oportunidades geradas pelo novo ambiente de informação e comunicação, bem como trataram de desafios como a desigualdade no acesso à informação e à comunicação.

Como organização participante do Foro de Governança da Internet, a UNESCO foi designada entidade responsável pela linha de ação “Dimensões éticas da sociedade da informação” da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Em sua atuação, a Organização tem propugnado por abordagem aberta, transparente e inclusiva da Internet, e defende que os mecanismos decisórios devem basear-se nos princípios da abertura, privacidade e diversidade, abrangendo o acesso universal, a liberdade de expressão e medidas que permitam resistir a tentativas de censura de seu conteúdo.

Cultura

A UNESCO está empenhada na inserção da cultura no centro das políticas de desenvolvimento como condição para o êxito dos processos globalizantes, levando em conta os princípios da diversidade cultural. Desde o lançamento da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, em 1988, a UNESCO tem criado número considerável de instrumentos de normatização e de ferramentas demonstrativas, como estatísticas culturais, inventários e mapeamentos de recursos culturais.

Entre as áreas de atuação do setor de Cultura, destaca-se a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, pautada pela Convenção da Haia de 1954 e por dois protocolos adicionais. Esses instrumentos normativos estabeleceram o princípio da preservação de bens culturais pelos beligerantes. Nesse diapasão, o protocolo de 1999 estabeleceu medidas de seguimento e listas dos bens culturais identificados como mais relevantes em caso de conflito armado. Em suas intervenções em situações de pós-conflito ou pós-desastres naturais, a UNESCO procura fundamentar os processos de reconciliação e reconstrução em fatores culturais e no reconhecimento da importância do patrimônio cultural como vetor de diálogo, reconciliação e coesão social.

O combate ao tráfico ilícito de bens culturais, objeto de Convenção da UNESCO de 1970, é outro tema de especial importância para o setor de Cultura. Nesse âmbito, a UNESCO exorta os Estados à cooperação para a proteção de bens culturais em seu território e ao combate à importação, exportação ou transferência ilícita desses bens. O fortalecimento da Convenção de 1970 é prioritário para países da América Latina e Caribe, especialmente aqueles países com grande herança pré-colombiana e alvos de escavações clandestinas, pilhagem e tráfico ilícito de seu patrimônio cultural móvel.

A Convenção do Patrimônio Natural e Cultural, de 1972, foi adotada graças à noção consensual de que o esforço de salvaguarda do patrimônio deve assumir caráter universal. De acordo com os termos da Convenção de 1972, a comunidade internacional se torna parte na proteção do patrimônio cultural e natural de "valor universal excepcional", mediante a prestação de assistência coletiva que, sem substituir-se à ação do Estado interessado, permita complementá-la eficazmente. São considerados "patrimônio cultural" monumentos, obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de natureza arqueológica, obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza; "patrimônio natural", por seu turno, são monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, formações geológicas, zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas. Há ainda bens considerados "patrimônio misto cultural e natural", que reúnem os elementos definidores das duas classificações anteriores. A Lista do Patrimônio Mundial, instituída pela Convenção de 1972, conta atualmente com 1052 bens inscritos (814 culturais, 203 naturais e 35 mistos).

Há, ademais, a conceituação do "patrimônio cultural subaquático", objeto da Convenção de 2001 da UNESCO, que abrange todos os vestígios de existência humana de caráter cultural, histórico ou arqueológico que tenham permanecido submersos parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, por um mínimo de 100 anos.

O patrimônio cultural não se limita a um grupo de monumentos ou a coleções de objetos, mas abrange também o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimento e habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a esses associados. Em 2003, após sucessão de estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e representantes dos

governos, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como complemento à Convenção de 1972 (Patrimônio Mundial). Ficou, dessa maneira, contemplado o conjunto da herança cultural da humanidade. O patrimônio mundial imaterial manifesta-se, por exemplo, na tradição oral, incluído o idioma como veículo do próprio patrimônio; artes cênicas; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimento e práticas relativos à natureza; e técnicas artesanais tradicionais. Por meio dessa Convenção, os países são instados a criar sistemas permanentes de identificação de artistas, artesãos e outros que representem as habilidades e técnicas necessárias à manifestação da vida cultural e à manutenção do patrimônio cultural de seu povo.

A governança e a gestão da cultura obtiveram novo marco com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005. Ao reconhecer a natureza particular dos bens, serviços e atividades culturais como veículos de identidade, valores e significados, a Convenção propugna pela criação, produção, disseminação, acesso e usufruto de amplo espectro de bens, serviços e atividades culturais, sem deixar de reconhecer a importância dos direitos de propriedade intelectual para a remuneração dos agentes culturais.

Mulheres na Ciência

Primeiro programa dedicado a mulheres cientistas no mundo, o L'Oréal-UNESCO For Women in Science foi fundado em 1998, na firme convicção de que o mundo precisa de ciência e a ciência precisa de mulheres. É com este propósito que todos os anos o Programa identifica, recompensa, incentiva e coloca sob os holofotes excepcionais cientistas de todos os continentes. Duas delas inclusive foram posteriormente reconhecidas com o Prêmio Nobel: as Dras. Ada Yonath e Elizabeth Blackburn.

O Programa também oferece bolsas de estudo através de premiações locais para jovens promissoras pesquisadoras em momentos cruciais de suas carreiras. Desde 1998, o programa reconheceu mais de 2.000 mulheres em 115 países: 92 laureadas homenageadas pela excelência de suas pesquisas no programa global e 2438 Fellows, talentosas jovens mulheres que receberam bolsas-auxílio para prosseguir com seus promissores projetos de pesquisa.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA UNESCO

Membro fundador da UNESCO, o Brasil integra o Conselho Executivo da Organização, com mandato até 2019. No presente quadro de severas restrições financeiras, decorrentes da suspensão do pagamento das contribuições obrigatórias do Estado Membro com maior quota no financiamento da Organização, a UNESCO tem no Brasil indispensável aliado, já que o País foi alçado à condição de 7º maior contribuinte para o orçamento em 2016, além de importante parceiro em diversas iniciativas.

O Brasil acolhe, desde 1972, o Escritório Regional da UNESCO, de localizado em Brasília. Entre os 55 escritórios regionais, o Escritório em Brasília tem um dos melhores desempenhos globais, associado a um dos menores custos operacionais, o que o faz ser considerado por muitos representantes da UNESCO como a "joia da coroa".

Além de sediar quatro Centros de Categoria 2 da organização, como acima mencionado.

Educação

No Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2012, a UNESCO destacou o Brasil como exemplo exitoso de políticas educacionais, por meio da expansão da rede pública de cuidados na primeira infância e de avanços nos índices de êxito na escola secundária. O Brasil também sobressai por ser um dos poucos países onde a população estudantil é majoritariamente feminina, o que representa expressivo avanço na redução da disparidade de gênero na educação.

Na esteira do Programa Educação para Todos, o Brasil integra a iniciativa “E-9”, que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), para intercâmbio de informações e boas práticas. Espera-se do País crescente contribuição na cooperação educacional Sul-Sul, notadamente com vizinhos latino-americanos e caribenhos, bem como com países de língua portuguesa, ademais de atuação conjunta com os membros do E-9.

A Rede de Cátedras-UNESCO é um dos mecanismos educacionais da Organização de maior extensão no Brasil, tendo sido estabelecidas cerca de duas dezenas de cátedras, em importantes áreas do conhecimento e da pesquisa. As últimas cátedras criadas no Brasil foram: em 2014, na Unicamp, em Educação Aberta e Tecnologia de Informação e Conhecimento; em 2012, na UFRGS, para Tecnologias da Informação e Conhecimento (TICs) na Educação, e, em 2012, a Cátedra de Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras, na Universidade Federal da Grande Dourados. Encontra-se, no momento, em negociação com a UNESCO a criação da Cátedra sobre Políticas Culturais e Gestão na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Sob os auspícios da UNESCO, Brasil e Estados Unidos lançaram, em janeiro de 2012, o projeto "Ensinando o Respeito a Todos" (Teaching Respect for All -

TRA), com vistas à introdução nos respectivos sistemas escolares de currículos e materiais didáticos contra o racismo, a serem desenvolvidos pela Organização, com a expectativa de que possam futuramente ser adaptados a sistemas escolares de outros países.

Cabe ressaltar ainda a indicação do Brasil como um dos oito "países campeões" da Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar, lançada pelo Secretário-Geral da ONU em 2012 e liderada pela UNESCO. Caso de sucesso no mundo em desenvolvimento em matéria de melhoria dos índices de educação, o Brasil é tido como parceiro indispensável às iniciativas voltadas para a superação dos desafios da educação no plano internacional.

O Brasil participou ativamente do Fórum Mundial de Educação, no qual se fez representar pelo Ministro da Educação, aprovando a Declaração de Incheon, um documento que determina referências, princípios e desafios que serão traduzidos em um macro objetivo e metas para a educação mundial de 2015 até 2030.

Ciências Naturais

Ponto de especial significado na parceria Brasil-UNESCO foi a realização da 6ª edição do Fórum Mundial de Ciências, em novembro de 2013, no Rio de Janeiro. O evento, realizado pela primeira vez fora de Budapeste, reuniu mais de 600 líderes de 120 países, entre cientistas e autoridades ligados à ciência, tecnologia e inovação, sob o tema "Ciência para o desenvolvimento sustentável global".

A importância do conhecimento científico para a redução das desigualdades sociais foi a tônica do VI Fórum Mundial da Ciência, que deixou como legado uma declaração final com recomendações sobre o futuro da produção científica. Entre as recomendações aprovadas pelos participantes, e que têm pautado a ação brasileira na área, estão a cooperação científica internacional e ações nacionais coordenadas para o desenvolvimento sustentável global.

Recursos Hídricos

O Brasil possui desafios relativos à gestão de recursos hídricos, que vão desde o acesso à água potável de qualidade ao saneamento. A água representa prioridade para a UNESCO e, por esse motivo, a Organização oferece assistência e apoio técnico na implementação de recomendações aprovadas em fóruns nos quais a UNESCO lidera a mobilização de países, como o Programa Mundial de Avaliação da Água (World Water Assessment Programme, WWAP) e o Programa Regional de Ecohidrologia. Desde 1975, a UNESCO promove estudos no âmbito do Programa Internacional Hidrológico (International Hydrological Programme - IHP) e conta com um significativo acervo técnico-científico na área de gestão de águas.

Atualmente, o Brasil é membro do Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional (PHI) da UNESCO. Relacionados ao PHI, o Brasil sedia o Centro Internacional de Hidroinformática (CIH) – Itaipu Binacional – em Foz do Iguaçu-PR (em parceria com o Paraguai) e o Centro Internacional de

Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (Hidroex), hoje sob a responsabilidade da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Está em fase de avaliação a certificação de mais um Centro de Categoria 2 ligado à hidrologia, qual seja o Centro Internacional de Referência de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT), localizado em Brasília. O CIRAT funcionaria como centro de capacitação em recursos hídricos, e sua atuação convergiria com os objetivos do PHI, em especial no que se refere a questões relacionadas a água e assentamentos humanos no futuro. O assunto debatido durante a 39ª Conferência Geral da UNESCO, em novembro próximo.

Biodiversidade

Como o Brasil abriga uma das maiores biodiversidades do mundo e integra o grupo dos 17 países megadiversos, existe um grande esforço nacional para a criação e a consolidação de áreas protegidas. Atualmente, o país conta com mais de 2.000 Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e privadas, que protegem 17,5% do território continental e 1,51% de área marinha, abrangendo cerca de 1.540.000 quilômetros quadrados. A UNESCO pode contribuir para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - particularmente no que se refere às áreas reconhecidas como Reservas da Biosfera e Sítios do Patrimônio Mundial Natural -, por meio de cooperação técnica e da captação de recursos para projetos com foco nessas áreas.

O Brasil conta com seis "Reservas da Biosfera" reconhecidas pela UNESCO: Mata Atlântica; Cerrado; Pantanal; Caatinga; Amazônia Central; e Serra do Espinhaço. Além disso, o Brasil foi o primeiro país latino-americano com área filiada à "Rede Global de Geoparques", representada pelo Geoparque Araripe, no Ceará.

Os seguintes sítios do patrimônio natural brasileiro são monitorados pelo Fundo do Patrimônio Mundial, estabelecido pela Convenção de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco e da qual o país é signatário de 1977:

1986 - Parque Nacional de Iguaçu

1999 - Mata Atlântica - Reservas do Sudeste

1999 - Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica

2000 - Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central

2000 - Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal

2001 - Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas

2001 - Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas

Outra área protegida, o Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí, é reconhecido pela UNESCO como Sítio do patrimônio cultural.

Esses sítios são áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da paisagem. Dentre os desafios para a consolidação dessas unidades, estão o fortalecimento do ecoturismo e do incentivo à transição para uma economia de baixo carbono, assim como iniciativas de pagamentos por serviços ambientais, que são mecanismos geradores de renda e de incentivo ou compensação à conservação ambiental e a criação e organização de mercados para produtos coletados de forma sustentável no entorno destas áreas, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas de base comunitária. A UNESCO no Brasil desenvolve ações junto a diversos parceiros, tanto da esfera governamental quanto não governamental, com o objetivo de implementar uma gestão coordenada dos diversos Sítios brasileiros. Desta forma, integra responsabilidades e ações nos níveis nacional, estadual e municipal, o que contribui para a conservação da biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil.

Cumprir ter presente que o Brasil possui longo e reconhecido histórico de atuação na implementação da Convenção de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, tendo ocupado assento no Comitê do Patrimônio Mundial em quatro mandatos (1980-1987, 1987-1993, 1993-1999, 2007-2011).

Adicionalmente aos sítios que integram o Fundo de Proteção do Patrimônio, há mais de quinze anos a UNESCO também coopera com Reservas da Biosfera brasileiras, áreas na qual o Brasil tem ativa e inovadora atuação, no âmbito do Programa Homem e Biosfera (MaB, na sigla em inglês). O Programa MaB tem como objetivo promover conhecimento, práticas e valores humanos para implementar boas relações entre populações e meio ambiente em todo o planeta, sendo a Rede Mundial de Reservas da Biosfera composta por 631 reservas da biosfera localizadas em 119 países, incluindo 14 sítios transfronteiriços/transcontinentais.

O Brasil conta com seis "Reservas da Biosfera" reconhecidas pela UNESCO: Mata Atlântica; Cerrado; Pantanal; Caatinga; Amazônia Central; e Serra do Espinhaço. Além disso, o Brasil foi o primeiro país latino-americano com área filiada à "Rede Global de Geoparques", representada pelo Geoparque Araripe, no Ceará.

Ciências Sociais e Humanas

Uma das prioridades da UNESCO é a promoção do diálogo intercultural e da promoção da paz. Para isso, apoia iniciativas como a Década Internacional para a Aproximação das Culturas (2013-2022) e o Prêmio UNESCO-Sharjah para a Cultura Árabe, dedicado ao fomento do diálogo intercultural, além das edições do Fórum Mundial sobre Diálogo Intercultural (a 4ª edição ocorrerá em Baku, em maio próximo). Nesse contexto, o Brasil vê reforçada sua imagem de país originário de avançadas políticas sociais e cooperação internacional, notadamente

para a África e para a América Latina. Para isso, muito contribui a colaboração do Escritório da UNESCO em Brasília com diversos órgãos da Administração Pública, a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Juventude, entre outros.

No campo da bioética, merece destaque a participação brasileira nos Comitês Internacional e Intergovernamental de Bioética. Cabe mencionar, igualmente, a Cátedra UNESCO de Bioética estabelecida na Universidade de Brasília.

A luta contra o doping no esporte, promovida pela UNESCO, também constitui área de particular interesse para o Brasil, que sediará megaeventos esportivos nos próximos anos. As discussões sobre a base moral e ética do esporte e os cuidados com a saúde dos que o praticam têm importante paradigma na Convenção da UNESCO Contra o Doping nos Esportes. Adotada durante a 33ª Conferência Geral da UNESCO, em 2005, a Convenção conta com 174 Estados Partes, tendo sido ratificada pelo Brasil em 2007.

Comunicação e Informação

No setor de Comunicação e Informação, o Brasil tem presença ativa nas discussões advindas da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. No âmbito dos modelos de governança multissetorial da Internet, o modelo brasileiro é tido como um dos mais avançados, podendo oferecer relevantes insumos para considerações no setor. O País prioriza a necessidade de enfrentar a "brecha digital" não apenas em termos de acesso, mas também de conteúdo, enquanto sublinha a importância da promoção da diversidade cultural e propugna pelo multilinguismo no ambiente digital.

O Programa Memória do Mundo também tem despertado crescente interesse no Brasil. Trata-se de iniciativa da UNESCO para a preservação e divulgação de acervos documentais de valor universal. O Brasil já conta com sete acervos inscritos: Registro Iconográfico e Cartográfico da Guerra da Tripla Aliança (2015, em conjunto com o Uruguai); Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – CLAMOR (2015), Arquivo arquitetônico de Oscar Niemeyer (2013); Documentos relativos às viagens do Imperador Dom Pedro II no Brasil e no exterior (2013); Arquivos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (2011); Rede de informação e contrainformação do regime militar no Brasil (2011); Coleção do Imperador: fotografia estrangeira e brasileira do século XIX (2003);

O especialista brasileiro Vitor Manoel Marques da Fonseca integra o Comitê Internacional Assessor do Programa Memória do Mundo, e exercerá suas funções no IAC até 31 de dezembro de 2017, após mais de quatro anos de mandato.

Cabe ressaltar a participação do Brasil na elaboração do "Plano de Trabalho da UNESCO sobre a Segurança de Jornalistas e o Combate à Impunidade". Atento ao mandato específico da UNESCO, o País contribuiu para a promoção da segurança de jornalistas e do combate à impunidade.

Cultura

Historicamente, as ações da UNESCO voltadas para o setor museológico sempre estiveram ligadas à Convenção de 1970. A existência, desde 1946, do Conselho Internacional de Museus colocou a UNESCO em posição periférica no que tange à elaboração de diretrizes normativas para o setor. O instrumento fundamental da UNESCO específico sobre museus era a "Recomendação sobre os meios mais eficazes de tornar museus acessíveis a todos", de 1960.

Brasil demonstrou grande empenho para a adoção de uma nova normativa sobre museus e coleções, não apenas com a coordenação do processo negociador e a elaboração de estudos, mas também por meio de aportes financeiros, que foram imprescindíveis para a realização das reuniões técnicas durante a fase preparatória. Por iniciativa do País, a 37ª sessão da Conferência Geral situa-se como ponto de inflexão dessa trajetória, ao conferir mandato à Diretora-Geral para elaborar texto preliminar de um novo instrumento normativo internacional sobre museus e coleções, sob a forma de Recomendação. O texto definitivo da "Recomendação sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu na Sociedade", aprovada durante a 38ª Conferência Geral, em novembro de 2015, foi apresentado pela DG Irina Bokova em junho de 2016. Com a aprovação deste instrumento normativo, a UNESCO passou a contar com 22 Convenções e 34 Recomendações de caráter universal.

Em novembro de 2016, realizou-se em Shenzhen, na China, o Fórum de Alto Nível sobre Museus, organizado pela UNESCO, que reuniu especialistas de diversos países com o objetivo de refletir e contribuir com estratégias para implementar as orientações que constam da Recomendação.

No Brasil, observa-se que a estrutura jurídico-administrativa do país já incorpora importantes diretrizes do texto. A Política Nacional de Museus, o sistema Brasileiro de Museus e o Estatuto de Museus são evidências do grande avanço brasileiro nesse campo.

Ademais, em cumprimento às disposições comuns às convenções multilaterais sobre combate ao tráfico ilícito de bens culturais, o Brasil tem conferido crescente ênfase ao tema em sua pauta de cooperação cultural, havendo firmado acordos para recuperação de bens culturais roubados ou exportados ilicitamente com a Bolívia, o Peru e o Equador. Estão em cursos as negociações para acordo da mesma natureza com o Paraguai.

Patrimônio Mundial

A Convenção do Patrimônio Mundial é outro campo de importante atuação do Brasil, que passou a ter 20 bens na Lista do Patrimônio Mundial - 13 culturais e 7 naturais - com a inscrição do "Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar", em junho de 2012 e do "Conjunto Arquitetônico da Pampulha" em 2016. Para o Brasil, a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial representa um elemento propulsor do desenvolvimento local e regional, além de mecanismo de reforço às medidas de preservação dos bens culturais inscritos. Entre 2 e 12 de julho de 2017, a cidade de Cracóvia sediará a 41ª Sessão

do Comitê do Patrimônio Mundial. Na ocasião, será avaliada a candidatura do Cais do Valongo à Lista do Patrimônio Mundial.

O Brasil conta com cinco elementos reconhecidos pela UNESCO como patrimônio cultural imaterial: Roda de Capoeira (inscrito em 2014), Círio de Nazaré (2013); Frevo: Expressão Artística do Carnaval do Recife (2012) Expressões orais e gráficas dos Wajãpis (2008) e Samba de roda do Recôncavo Baiano (inscrito também em 2008).

Ao participar por seis anos do Comitê Intergovernamental para a Diversidade Cultural, de 2007 a 2013, o Brasil contribuiu para importantes conquistas dos Estados Partes durante os anos iniciais de implementação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005.

O Brasil foi um dos maiores entusiastas das negociações que culminaram com a aprovação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Convenção de 2005) e hoje é um dos estados partes que mais se dedica à sua implementação. Em 2015, o Brasil foi eleito para novo mandato no Comitê Intergovernamental para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Até 2019, ao lado de outros 23 estados partes, o país deverá servir de exemplo e contribuir para a implementação da Convenção de 2005.

O Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC) foi instituído pela Convenção de 2005 para viabilizar o financiamento de projetos destinados à formação de um setor cultural dinâmico em países em desenvolvimento. O processo de seleção prioriza projetos que, ao promoverem indústrias culturais e a diversidade de manifestações culturais, possam contribuir para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. Desde 2010, quando se tornou operacional, o FIDC já financiou 84 projetos em 49 países em desenvolvimento. Dois projetos apresentados por ONGs brasileiras receberam recursos do FIDC: "Vídeo nas Aldeias" e "Thydêwá: Criadores Indígenas e Cultura Digital no Brasil".

De acordo com dados de 2013 do Ministério da Cultura, no Brasil, o crescimento médio anual dos setores criativos (6,13%) encontrava-se em patamar superior ao aumento médio do PIB nacional, o que demonstra a relevância da diversidade cultural e o potencial da indústria criativa para o desenvolvimento nacional.

Em dezembro de 2016, o Comitê da Diversidade Cultural aprovou, em sua 10ª Sessão, o anteprojeto de capítulo das Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção de 2005 no Ambiente Digital. O texto poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a diversidade e as indústrias culturais no âmbito digital.

ANEXOS

Evolução do Número de Estados Membros e Associados

Ano	Número de Membros integrados à UNESCO	Novos integrantes
1946	28	África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, Filipinas, França, Grécia, Haiti, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polônia, Reino Unido, República Dominicana, Síria, Tchecoslováquia, Turquia e Venezuela.
1947	8	Colômbia, Cuba, Equador, Honduras, Libéria, Luxemburgo, Países Baixos e Uruguai.
1948	8	Afeganistão, Argentina, Áustria, El Salvador, Hungria, Itália, Irã e Iraque.
1949	7	Israel, Mônaco, Myanmar, Paquistão, Sri Lanka, Suíça e Tailândia.
1950	7	Coreia do Sul, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Jordânia, Panamá e Suécia.
1951	5	Alemanha, Camboja, Japão, Laos e Vietnã.
1952	1	Nicarágua.
1953	4	Chile, Espanha, Líbia e Nepal.
1954	3	Belarus, Rússia e Ucrânia.
1955	2	Etiópia e Paraguai.
1956	6	Bulgária, Finlândia, Marrocos, Romênia, Sudão e Tunísia.
1958	3	Albânia, Gana e Malásia.
1960	18	Benim, Burkina Faso, Cameroon, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Guiné, Kuwait, Madagascar, Mali, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Senegal, Somália e Togo.
1961	2	Chipre e Irlanda.
1962	11	Argélia, Burundi, Iêmen, Jamaica, Mauritânia, Mongólia, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Trinidad e Tobago, e Uganda.
1964	4	Islândia, Maláui, Quênia e Zâmbia.

1965	1	Malta.
1967	2	Guiana e Lesoto.
1968	2	Barbados e Ilhas Maurício.
1972	5	Bangladesh, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos e Omã.
1973	1	Gâmbia.
1974	4	Coreia do Norte, Guiné-Bissau, Portugal e San Marino.
1975	1	Granada.
1976	4	Moçambique, Papua Nova Guiné, Seicheles e Suriname.
1977	2	Angola e Comores.
1978	3	Cabo Verde, Namíbia e Suazilândia.
1979	2	Dominica e Guiné Equatorial.
1980	6	Botswana, Maldivas, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe, Tonga e Zimbábue.
1981	2	Bahamas e Samoa
1982	3	Belize, Butão, Antígua e Barbuda.
1983	3 + (1)	Fiji, São Cristóvão e Névis, e São Vicente e Granadinas. Ilhas Virgens Britânicas (Membro Associado).
1987	(1)	Aruba (Membro Associado).
1989	3	Djibuti, Ilhas Cook e Kiribati.
1991	4	Estônia, Letônia, Lituânia e Tuvalu.
1992	8	Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova e República Quirguiz.
1993	11	Andorra, Bósnia e Herzegovina, Eritreia, Eslováquia, Ilhas Salomão, Macedônia (FYROM), Niue, República Tcheca, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.
1994	2	Vanuatu e África do Sul (retorno).
1995	1 + (1)	Ilhas Marshall. Macau (Membro Associado).
1996	1	Nauru.
1997	1	Reino Unido (retorno).
1999	2 + (1)	Micronésia e Palau. Ilhas Cayman (Membro Associado).
2000	1	Sérvia.
2001	(1)	Tokelau (Membro Associado).
2003	2	Timor-Leste e Estados Unidos (retorno).
2005	1	Brunei.
2007	2	Cingapura e Montenegro.
2009	(1)	Ilhas Faroé (Membro Associado).

2011	2 + (2)	Palestina e Sudão do Sul. Curaçao, San Martin, (Membros Associados).
2013	(1)	<i>Anguilla (Membro Associado).</i>
2015	(1)	Montserrat (Membro Associado).

Cronologia da Participação do Brasil na UNESCO

1945	Brasil assina a Carta de Constituição da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Londres, Reino Unido).
1946	Entra em vigor a Carta da UNESCO e realiza-se a I Conferência Geral, com a participação do Brasil.
1951-1952	Brasil ocupa a Presidência do Conselho Executivo, com a indicação de Paulo Berrêdo de Carneiro.
1962	Brasil ocupa a Presidência da 12ª Conferência Geral.
1964	Criação do Escritório da UNESCO no Brasil (Rio de Janeiro).
1972	Instalação do Escritório da UNESCO em Brasília.
1980	Cidade histórica de Ouro Preto é o primeiro bem brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.
1987-1989	Brasil ocupa a Presidência do Conselho Executivo, com a indicação de José Israel Vargas.
1988	12ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial é realizada em Brasília.
1997	Brasil ocupa a Presidência da 29ª Conferência Geral.
2010	34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial é realizada em Brasília.
Nov/2011	Brasil é eleito para novo mandato (2011-15) no Conselho Executivo da UNESCO.
Nov/2011	Presidenta Dilma Rousseff visita a sede da UNESCO, em Paris.
Nov/2015	Brasil é reeleito para novo mandato (2016-19) no Conselho Executivo da UNESCO.

Atos Internacionais

Título	Data de Celebração	Data de Promulgação	Data de Publicação (D.O.U)
Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.	01/09/1977	12/12/1977	14/12/1977
Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Cultural.	29/01/1981	25/08/1982	26/08/1982
Protocolo de Cooperação, Visando à Implantação e Funcionamento do Conjunto Cultural Federal da Capital da República, em Brasília.	29/07/1988	04/08/1988	04/08/1988
Acordo entre o Brasil e a UNESCO, para a Elaboração do "Guia Geral das Fontes de História da República: Arquivos, Bibliotecas e Museus Brasileiros".	12/07/1989	10/10/1989	10/10/1989
Acordo sobre suas Obrigações, Direitos e Privilégios em Território Brasileiro.	15/12/1989	10/12/1991	11/12/1991
Convênio de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e o Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPÉ-UNESCO).	24/01/1992	24/01/1992	24/01/1992
Acordo sobre a Reunião do III Fórum Internacional sobre Ciência e Cultura.	18/03/1992	18/03/1992	18/03/1992
Acordo Relativo à IX reunião do Comitê Regional encarregado da aplicação da Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas do Ensino Superior na América Latina e	16/09/1994	16/09/1994	16/09/1994

Caribe.			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência, no Âmbito do Acordo de Assistência Técnica entre o Brasil e a ONU, suas Agências Especializadas e a AIEA, em Matéria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável.	07/06/1995	09/06/1995	09/06/1995
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica de 19 de dezembro de 1964, da ONU, em Matéria de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ecótonos Brasileiros.	06/09/1996	23/09/1996	23/09/1996
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Escritório Regional da COI para o Programa Goos, no Rio de Janeiro (Brasil) - COI/UNESCO.	08/10/2002	08/10/2002	08/10/2002
Memorando de Entendimento para Apoio ao Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.	27/11/2003	27/11/2003	27/11/2003
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003.	15/02/2006	12/04/2006	13/04/2006
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005.	16/01/2007	01/08/2007	02/08/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para a Promoção da Cooperação Técnica Trilateral em Países em Desenvolvimento.	28/05/2010	15/10/2010	15/10/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a 34ª sessão da Mesa do Comitê do Patrimônio Mundial (25 de julho de 2010) e da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (25 de julho - 3 de agosto de 2010, Brasília).	25/07/2010	25/07/2010	25/07/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para a Criação e Operação do Centro Regional de Treinamento em Gestão do Patrimônio no Rio de Janeiro sob os Auspícios da UNESCO (Categoria 2).	26/07/2010	Em renegociação	26/07/2010
Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, relativo ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica para Implementação do Programa de Parceria UNESCO/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul.	17/12/2010	01/07/2011	01/07/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das	28/03/2012		Tramitação Ministérios/ Casa Civil

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura para a criação do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação em São Paulo sob os Auspícios da UNESCO (Categoria 2).			
--	--	--	--

Bens do Brasil inscritos na Lista do Patrimônio Mundial

Ano de Inscrição	Bem
1980	Cidade histórica de Ouro Preto, MG
1982	Centro histórico de Olinda, PE
1983	Missões jesuíticas dos Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, RS
1985	Centro histórico de Salvador, BA
1985	Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo, MG
1986	Parque Nacional de Iguaçu, Foz do Iguaçu, PR
1987	Plano Piloto de Brasília, DF
1991	Parque Nacional da Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, PI
1997	Centro histórico de São Luiz do Maranhão, MA
1999	Centro histórico da cidade de Diamantina, MG
1999	Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica, BA/ES
1999	Mata Atlântica – Reservas do Sudeste, SP/PR
2000	Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, MS/MT
2000	Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central, AM
2001	Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, GO
2001	Centro histórico da Cidade de Goiás, GO
2001	Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha, PE, e do Atol das Rocas, RN
2010	Praça de São Francisco na cidade de São Cristóvão, SE
2012	Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar, RJ
2016	Conjunto Moderno da Pampulha, MG